

Triste fim de sessão

Na Velha República, havia *savoir faire* — empurravam-se as crises com a barriga, como se dizia. Na Novíssima — pois a que aí está pouco tem de novo —, até o vazo de deixar para amanhã a decisão sobre coisas desagradáveis equivale a um parto doloroso. A imagem vem bem a propósito: pois o Executivo, na verdade, o que fez foi arrancar a fórceps as medidas econômicas que desejava ver implantadas a partir de 1º de janeiro. Algo deve ter-lhe custado o nascimento prematuro de filho tão pouco querido pela opinião pública: pelo menos a suposta racionalidade interna que as medidas guardavam umas com as outras, e a obrigação em que agora se encontra a Petrobrás de pagar aos Estados que têm petróleo ou gás em sua plataforma continental os *royalties* que a empresa sempre relutou em desembolsar. Ganham os governos estaduais, pelo menos, embora isso não signifique que as populações carentes dessas regiões sejam bem atendidas, porquanto tudo leva a crer que essa receita adicional acabará tragada pelo funcionalismo nomeado às vésperas das eleições, deste e do próximo ano.

Vendo em retrospectiva o processo pelo qual o Executivo conseguiu tomar 60 trilhões de cruzeiros da população em geral, percebe-se que o único que saiu machucado na batalha foi o Congresso. O Executivo nem se sentiu ferido — afinal, empresários aprovam as medidas para que paguem mais impostos e sacrifiquem seu capital de giro (estranha tomada de consciência social...), economistas de esquerda concordam com a orientação dada pelo empresário Dilson Funaro à economia brasileira e o prof. Mário Henrique Simonsen endossa as medidas adotadas no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda. É uma espécie de união nacional em torno do sacrifício ritual da classe média no altar dos gastos públicos, que praticamente continuam intocados. O Executivo, hoje, aparece como o Robin Hood da legenda — e continuará sendo até março de 1987, quando se farão as declarações de renda do ano de 1986...

Até lá, é o Congresso que deverá arcar com o ônus da aprovação de um instrumento de reforma fiscal e — por suas conseqüências — até mesmo empresarial, sobre cuja eficácia nem todos estão de acordo. Não é apenas essa figura

lúcida, digna e solitária no panorama político, que é o senador Roberto Campos, quem teme pelo surto inflacionário; ao lado dele (talvez dizendo esconjuros) estão alguns abalizados economistas de orientação totalmente diversa. Prova evidente, parece-nos, de que onde há racionalidade (e pressupõe-se ser a Economia uma *arte* essencialmente racional) há acordo sobre as coisas básicas. Todos (exceto o Planalto) esperam a inflação. Quem será o responsável por ela? Evidentemente, o Congresso, que de repente se julgou capacitado a aprovar em tempo exíguo o que até agora muitos doutos não conseguiram digerir. Não é apenas o tempo recorde com que se fez a coisa; os detalhes são deliciosos, dignos de melhor enquadramento, segundo alguns; próprios do teatro burlesco, segundo outros. O Executivo deu ao Congresso cinco dias, a Câmara concedeu ao Senado apenas um. O deputado do PTB que usou o microfone do PMDB quase foi retirado do local onde se plantara, só não o sendo porque reagiu com violência — e por pouco não se repetiram na Câmara as façanhas do Fortinbras do garimpo de Serra Pelada. Isso, só como exemplo.

O Congresso afinal aprovou, assumindo a paternidade do monstro, pelo menos formalmente: "O Presidente da República faz saber que o Congresso Nacional promulgou e eu sanciono a seguinte lei"... E deu por encerrada a sessão legislativa de 1985, que não foi das mais felizes para o prestígio da instituição. Ela começou sob signo aziago: o da repercussão do *trem da alegria* do senador Moacyr Dalla, contra cujo nepotismo se ergueram iradas vozes do PMDB, mas contra cujos efeitos pouco se fez de positivo na Nova e na Novíssima República. Depois, foi a vez e a hora dos "pianistas", congressistas apanhados em flagrante delito de votar duas vezes em matéria de importância. A foto do fato deu prêmio a seu autor, e reprimenda aos fotografados: o decoro parlamentar estava em baixa há muito tempo para que um deputado visto praticando um ato contra a moral, a lei e os bons costumes fosse punido como seria de esperar, soprando novos ares na República. Finalmente, o escândalo dos *jetons*, tão clamoroso que o deputado Ulysses Guimarães e o senador Fragelli

se sentiram na obrigação de informar o povo de que o Congresso é importante.

Por ser ele importante é que a Nação está estarecida pela maneira fácil com que se fez o parto do *pacote*, ainda mais a frio, embora se tivesse usado o fórceps das concessões para obter a "urgência" no Senado. Se lei dessa importância, que pode provocar efeitos políticos e sociais gravíssimos no dia em que a inflação mudar de patamar e acelerar-se mais do que agora, recebe tal tratamento, que será das instituições quando algo de sério ocorrer? Quem as defenderá? Poderá este Congresso, que fechou sua sessão legislativa de 1985 com chave de chumbo, controlar a insatisfação popular?

As coisas se embaralharam muito nestas madrugadas em que o Congresso votou o *pacote*. Os que eram contra disseram sim, e os que deveriam dizer não deram seu apoio ao presidente Sarney, que no fim de contas acabou devendo favores ao líder Prisco Vianna, do PDS, sem cujo concurso denodado não se teria votado a "urgência" na Câmara. E a Secretaria da Câmara teve de reconhecer que a pressa em que se votou foi tanta, que emendas rejeitadas acabaram sendo enviadas ao Senado como se tivessem sido aprovadas!

Não será com espetáculos desse gênero que se fortalecerá a democracia — especialmente quando no Executivo começa a despontar um novo tipo de pessoas, os façanhudos tecnoburocratas da Novíssima República. Os da Velha eram talvez cínicos, aparentavam ares de superioridade, divertiam-se à custa do sacrifício dos empresários e das classes populares. Os da Novíssima são prepotentes, intelectualmente arrogantes. Acuda-nos, senhor dos desvalidos! O estilo do professor Delfim Netto, que sabia divertir-se à custa dos que o atacavam, era preferível aos atuais senhores do Ministério da Fazenda — ministro e unicampanos —, que não gostam de ser contestados no plano das idéias. Professores que não admitem críticas são muito parecidos com ditadores — de uns e de outros livre-nos Deus, pois do contrário caminharemos muito depressa para a separação do País entre os burros e os inteligentes — sem que se saiba com segurança em que campo estão uns e outros e quem é quem!